



## **Tempo de plantar, de colher, de lutar e de resistir: as Margaridas seguem marchando**

Berenice Gomes da Silva<sup>1</sup>

### **Resumo**

A Marcha das Margaridas se constituiu em uma das maiores mobilizações ocorridas no Brasil nos últimos anos. Uma estratégia de mobilização das trabalhadoras rurais em parceria com movimentos feministas rurais e urbanos que reivindicam do Estado direitos sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais. Previdência, democracia, agroecologia, água, terra, território e o combate a violência são algumas das pautas apresentadas ao Estado. Este trabalho tem como objetivo analisar de que forma a geração e o uso da informação contribuem para ampliar a participação das mulheres nesta Marcha. Dentre as referências teóricas temos Saffioti (2004; 2013); Federici (2018), estudos sobre mulheres rurais e ainda sobre informação e comunicação popular.

**Palavras-chave:** marcha das margaridas; mulheres trabalhadoras rurais; direitos sociais.

### **Time to plant, harvest, fight and resist: the Margaridas continue to march**

### **Abstract**

The March of the Margaridas was one of the biggest mobilizations that took place in Brazil in recent years. A strategy to mobilize rural workers in

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Políticas Públicas (UFMA); Mestra em Sociologia (UnB); Graduada em Biblioteconomia (UFMA); Pesquisa financiada pela FAPEMA; membro do GEPOLIS - Grupo de Estudos sobre Política, Lutas Sociais e Ideologias; email: beregomes@uol.com.br.

GT 03 - Feminismo, políticas públicas e novas estratégias de resistências: de marchas, movimentos e margaridas

partnership with rural and urban feminist movements that claim social, political, economic, environmental and cultural rights from the State. Social security, democracy, agroecology, water, land, territory and combating violence are some of the guidelines presented to the State. This work aims to analyze how the generation and use of information contribute to expand participation the women in this March. Among the theoretical references we have Saffioti (2004; 2013); Federici (2018), studies on rural women and also on information and popular communication.

**Keywords:** march of the margaridas; rural women workers; social rights.

## Introdução

Margaridas são trabalhadoras rurais organizadas no movimento sindical rural. São agricultoras familiares, quilombolas, extrativistas, ribeirinhas que se mobilizam em uma Marcha que acontece a cada quatro anos. As Margaridas contam com a parceria de diversas organizações e movimentos feministas rurais e urbanos e apresentam uma pauta de reivindicações ao Estado. Na Marcha das Margaridas elas se autodenominam *mulheres do campo, das águas e das florestas*.

A referência a Margarida, trabalhadora rural assassinada em 1983 a mando de usineiros no município de Alagoa Grande, no Estado da Paraíba<sup>2</sup> expressa a radicalidade e a atualidade da luta no campo ainda marcada por violência e opressão em uma disputa entre um projeto da classe trabalhadora representado pela agricultura familiar e camponesa com o agronegócio que tem avançado em sua política concentradora, exportadora, monopolista e patriarcal com o aparato do Estado. Dentre as organizações presentes desde a primeira Marcha das Margaridas localizamos a Marcha Mundial de Mulheres, as mulheres da CUT – Central Única dos Trabalhadores -, do MIQCB – Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, do MMTR –

---

<sup>2</sup> Margarida Alves foi assassinada na porta da sua casa com um tiro na testa na frente do marido e do filho no dia 12 de agosto de 1983. Os assassinos nunca foram condenados. Dos envolvidos, apenas Zito Buarque foi julgado. Ele ficou preso por três meses, tendo sido absolvido em 2001 em João Pessoa. Fonte: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/08/16/de-olho-na-historia-i-margarida-maria-alves-da-luta-nao-fujo/>

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste -, do MAMA – Movimento de Mulheres do Amazonas e outros.

O surgimento desta Marcha se deu no contexto de implementação do neoliberalismo no Brasil, no final dos anos 1990 com o acentuamento das desigualdades que atingiu massivamente as mulheres, sobretudo, as mulheres negras, periféricas e as do meio rural. Esta situação influenciou diversas mobilizações no mundo contra a exploração, a fome e a violência situação a qual as mulheres estavam submetidas. A realização da primeira Marcha, em 2000 teve como objetivo dar visibilidade às trabalhadoras rurais e denunciar as formas de desigualdade que elas vivenciavam.

As reivindicações desta primeira Marcha resultaram na implementação de políticas como o crédito especial PRONAF Mulher (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar), o Programa de Documentação da Trabalhadora Rural e a titulação conjunta em nome do homem e da mulher. Nos governos Lula e Dilma - de 2003 a 2016 -, apesar das contradições do Estado e o seu caráter excludente, patriarcal, violento e de uma base política de muitos interesses, a negociação com o Estado resultou no atendimento de pautas significativas para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, em especial, as mulheres, a exemplo dos programas de apoio à organização produtiva, as ações de combate à violência contra as mulheres do campo e da floresta, a comercialização e ações afirmativas nas políticas de agroecologia, assistência técnica e extensão rural.

Em 2019, a sexta edição desta Marcha que se encerrou em Brasília no mês de agosto, contou com a presença de aproximadamente cem mil participantes dos diversos lugares do país no momento em que ocorria também a I Marcha das Mulheres indígenas. O tema **Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre da violência** expressou o caráter e a orientação política de confronto ao Governo Bolsonaro, desde as mobilizações que antecederam a sua realização, como no lançamento desta Marcha, no 8

de março de 2018. A defesa da democracia e dos direitos sociais ameaçados com a reforma da previdência assegurados no pacto constitucional de 1988, a denúncia e combate à violência e a agroecologia foram as principais pautas diante de um cenário de desmonte das políticas públicas e da retiradas dos direitos sociais.

A dimensão e o caráter estratégico desta Marcha por meio da ação mobilizadora e reivindicatória contribuíram com a implementação de políticas públicas para as trabalhadoras rurais no Brasil (SILVA, 2017; 2018). Neste sentido, a comunicação e a informação se inserem no projeto político de classe como parte do processo de organização do movimento sindical rural se contrapondo à grande mídia que está a serviço dos interesses do capital. Assim, o nosso objetivo neste trabalho é analisar como a geração e o uso da informação contribuem para ampliar a participação das mulheres nesta Marcha. Trata-se de uma pesquisa realizada no Doutorado em Políticas Públicas (UFMA), com abordagem qualitativa e o método materialista histórico e dialético. Têm como referências teóricas Saffioti (2004; 2013); Federici (2018) e estudos sobre mulheres rurais, como: Bordalo (2011; 2017); Aguiar (2015); Paulilo (2007, 2016); Pimenta (2013); Butto (2010) e outros: Moreno et all (2014); Peruzzo (1988); Henriques (2013) sobre informação e comunicação popular.

### **Configuração Política da Marcha das Margaridas**

A configuração da Marcha das Margaridas está embasada nas relações sociais de gênero, poder e identidade política, tendo em vista que “(...), tais conceitos possibilitaram perceber que o poder, no sentido de participação política, exercido pelas mulheres na Marcha das Margaridas é marcado por aproximações, alianças e tensões permanentes” (SILVA, 2008). Assim, esta Marcha é composta por diversos movimentos de trabalhadoras rurais e de feministas urbanas localizados em todo o país coordenado pelas mulheres ligadas ao sistema CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Compreendemos a Marcha das Margaridas como expressão desta luta social que se expressa em uma estratégia de mobilização das mulheres trabalhadoras rurais para dar visibilidade à luta política de reivindicação ao Estado brasileiro. As análises e atualizações sobre a temática nos possibilitou perceber esta Marcha não mais como um movimento social em si, mas formada por diversas frações de movimentos, particularmente, do movimento feminista e do movimento sindical rural.

A informação, considerada como produto e processo de lutas das mulheres rurais se insere em uma dimensão estratégica e contribui com a construção da autonomia das mulheres e da mobilização da Marcha em questão. Deste modo, buscamos investigar como a Marcha das Margaridas produz e utiliza a informação e a comunicação, na perspectiva de fortalecer a mobilização para pressionar o Estado? Neste caso, como expressão da luta social esta Marcha está inserida na luta anticapitalista.

A trajetória de lutas das trabalhadoras rurais é marcada por conflitos, contradições e pela violência e precariedade no meio rural brasileiro. Dentre as suas reivindicações, a partir dos anos 1980 destacam-se: o direito à sindicalização, à previdência social, o reconhecimento como trabalhadora ou produtora rural, os direitos previdenciários, como a aposentadoria e mais recentemente, a licença-maternidade e o benefício da prestação continuada. Outro ponto da pauta que continua atual é o direito ao acesso à terra deu passos importantes com a conquista das mulheres como titulares do lote no assentamento e como beneficiárias das políticas e programas de desenvolvimento rural. Assim, o uso da categoria mulheres trabalhadoras rurais fortalece as suas lutas, pois,

Aprenderam a recusar as classificações que as identificam como “doméstica” ou “do lar”, lutam para ter acesso aos direitos previdenciários e registram na documentação que são trabalhadoras rurais. Além disso, transgridem os espaços que lhes são socialmente delimitados e assumem novas

posturas e interesses diante das suas vidas e do mundo a sua volta (CORDEIRO, 2006, p. 217).

Ao adotarmos a perspectiva de classe, consideramos que a reivindicação de políticas públicas ao Estado pelas trabalhadoras rurais envolve a relação entre classe, gênero e raça que se articulam e se conectam nesta Marcha de diversas formas. Reconhecer a existência das desigualdades sociais e de gênero e a lutar por políticas públicas para enfrentar tais desigualdades é fundamental para a luta feminista, mas não pode estar dissociada da luta pela emancipação da sociedade. Assim, adotar a perspectiva de gênero, por si só não contribui para a alteração das relações de poder. É necessário que esta concepção considere as relações de classe e raça/etnia. Deste modo, a força transformadora se constitui na articulação e na tripla constituição do sujeito-gênero, raça e etnia e classe já era preocupação de Saffioti (2004) desde os anos 1960:

O sujeito-gênero, raça/etnia e classe afasta a ideia de sua unicidade. Ao contrário, ele é múltiplo e contraditório, mas não fragmentado. Com efeito, esses três antagonismos constituem um nó [...] que potencia o efeito dessas contradições tomadas, cada uma de seu *per se*, isoladamente. A história singular de cada indivíduo só faz sentido na medida em que é determinada pela instância do particular. Daí a possibilidade de recorrer, com êxito, à história de vida, a fim de, ao lado da utilização de outras técnicas, reconstituir períodos da história e seus nexos (SAFIOTTI, 2004, p. 37).

Ao se organizarem em Marcha, as mulheres trabalhadoras rurais utilizam a informação como estratégia de mobilização, o que significa que a geração e o uso da informação faz parte da estratégia política e implica ainda que ela é um componente do projeto político. No entanto, é de suma importância compreendermos de qual informação estamos nos referindo e para quem ela está voltada.

A crise do capitalismo global trouxe mudanças significativas nas relações sociais e políticas e acarretou mudanças nas formas de

organização do trabalho e de lutas da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo em que as tecnologias de informação e de comunicação (TICs) contribuem para a mobilização social e na Marcha das Margaridas, as TICs contribuem para ampliar a participação das mulheres e dar visibilidade a esta ação estratégica. No processo de organização e mobilização foram produzidos materiais impressos e audiovisuais: folders, cartilhas, vídeos, vaquinhas virtuais que foram transmitidos pelas redes digitais. No entanto, foi possível perceber dois aspectos: a) são lutas que ocorrem sob a orientação ideológica<sup>3</sup>; b) se inserem no projeto político de classe, neste caso, do movimento sindical rural, particularmente das trabalhadoras rurais.

A análise sobre a geração e o uso da informação e da comunicação popular na Marcha das Margaridas ocorre mediante o processo de mobilização, formação política e organização das trabalhadoras rurais e organizações parcerias, com a perspectiva de classe, gênero e raça.

Outra estratégia adotada nesta Marcha é a construção de uma pauta comum que agrega diversos movimentos de trabalhadoras rurais e movimentos feministas rurais e urbanos. Este é um processo que passa pela negociação e muitos tensionamentos em que a organização, a mobilização e a formação política ocorrem em níveis diferenciados. Interessa-nos compreender como ocorre este processo que em 2019 resultou na elaboração de uma Plataforma Política.

Na organização da Marcha 2019 no Maranhão foram realizadas ações diferenciadas, além das ações estratégicas de orientação nacional, com destaque para a mobilização, comunicação e finanças que de forma combinada, contribuiriam para que este Estado se tornasse a maior delegação presente nesta Marcha. No entanto, esta edição, foi a primeira que não contou com a negociação da pauta com o Governo Federal, uma demonstração clara de interdição do diálogo do Governo Bolsonaro

---

<sup>3</sup> Sobre ideologia Cf. EAGLETON (1997); SNOW (1986); MANNHEIN (1972).

com os movimentos sociais<sup>4</sup>. Por outro lado, foi mantida a audiência pública, realizada pela bancada Feminina no Congresso Nacional.

Neste trabalho o recorte está na geração e gestão da informação, em seguida a Caracterização da Marcha das Margaridas, a Metodologia desenvolvida seguida dos Resultados e Discussões e finalmente a Conclusão e Referências.

### **Fundamentos teórico-metodológicos**

A Marcha das Margaridas possui, dentre as suas características, a estratégia de atuação em rede de caráter internacional. O meio rural brasileiro é marcado pelas contradições e conflitos de classe e a presença das mulheres nas diversas atividades produtivas e políticas. A escolha deste nome pelas trabalhadoras rurais representa também a denúncia sobre a situação de violência no campo que tem tirado a vida dos diversos sujeitos, seja no passado não tão distante e também no momento atual no Brasil em que tem ocorrido diversos assassinatos de lideranças dos movimentos de trabalhadores (as) rurais e indígenas<sup>5</sup>.

Retomando o período histórico em que se insere a luta das trabalhadoras rurais nos anos 1980, foi neste momento que elas foram reconhecidas como sujeito de direitos, ocasião em que ganham força a luta pelos direitos civis e políticos em que se insere o movimento feminista que passou a ter forte presença na luta política do país, juntamente com os movimentos antirracista, ambientalistas ou ecologistas e os movimentos populares. Para Ferreira (2007) os “novos

---

<sup>4</sup> Neste caso, as propostas de pauta se transformaram em Plataforma Política apresentada para a sociedade como uma forma de denúncia, de reivindicação e também de proposição de um modelo de sociedade e de desenvolvimento apresentado pelas trabalhadoras rurais.

<sup>5</sup> Segundo dados parciais da CPT, divulgados em 02/12/19, em 2019 foram assassinadas em conflitos no campo sete lideranças indígenas e três em 2018. Os assassinatos estão ligados ao desmatamento e queimadas na Amazônia e envolvem milícias e crime organizado. No MA, três lideranças indígenas foram assassinadas em 2019, sendo dois líderes guajajaras em Jenipapo dos Vieiras que levou, inclusive ao envio da Força Nacional pelo Min. da Justiça.



movimentos sociais” emergiram a partir das chamadas pautas “específicas”. O movimento feminista e os demais movimentos que emergiram nesse período pautaram novas questões aos movimentos sociais e populares e inovaram na forma de fazer política e ao criticarem os valores da modernidade que ainda eram excludentes (FERREIRA, 2007).

No final da década de 1980, após conquistar o direito à sindicalização e os direitos trabalhistas, as trabalhadoras rurais passaram a reivindicar o reconhecimento da igualdade de condições de trabalho, bem como os direitos sociais básicos como a documentação civil, o acesso às políticas como saúde, educação diante a situação de desigualdades no campo que agravavam ainda mais as desigualdades de gênero.

Essas lutas históricas influenciaram o surgimento da Marcha das Margaridas, em 2000 como uma estratégia política de mobilização das trabalhadoras rurais em um período em que o neoliberalismo tomava proporções insustentáveis com a agudização das desigualdades sociais no Brasil que atingia diretamente as mulheres.

A realização desta Marcha portanto, assim como outras Marchas protagonizadas pelas mulheres negras e pelas mulheres indígenas, é uma forma de enfrentamento ao Estado e as políticas de desenvolvimento patriarcal, racista, misógeno que exclui as mulheres do processo social, político, ambiental cultural e econômico e as sobrecarrega com a exploração, a precarização do trabalho e demais condições de vida. É uma forma de demonstração de força, unidade e solidariedade internacional, princípios da luta feminista e anticapitalista expressos no lema: Somos todas Margaridas. Isto explica o surgimento desta Marcha influenciada pela Marcha Pão e Rosas, realizada no Canadá, em 1995 e a sua organização no Brasil teve como marco a discussão da Carta de Compromisso que percorreu todos os Estados brasileiros e teve como pioneiras, sindicalistas rurais e urbanas (SILVA; SILVA, 2019)

Assim como a Marcha Mundial de Mulheres, a Marcha das Margaridas foi inspirada na Marcha Pão e Rosas que aconteceu no Quebec (Canadá) cuja experiência foi compartilhada com mulheres representantes de movimentos diversos países. A conquista das mulheres com relação ao aumento do salário no Québec repercutiu nos movimentos de mulheres de vários lugares do mundo resultando na ideia de um grande encontro. Certamente, a participação das organizações de mulheres brasileiras no Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 1999, foi um momento de socialização desta e de outras experiência (SILVA, 2008, p. 87-8).

A implementação do neoliberalismo na América Latina e no Brasil na década de 1990, além de acentuar as desigualdades revelou efeitos da redução do papel do Estado, na abertura de mercado que atingiu diretamente a classe trabalhadora da cidade e do campo, especialmente as mulheres que são as mais atingidas nas situações de exploração do trabalho e desigualdade. As novas formas de exploração do neoliberalismo foram incorporadas ao cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras e a sua forma mais ostensiva atinge as trabalhadoras do campo e das periferias, as mulheres negras, assim como as populações indígenas e quilombolas.

Nesta década (1990), as trabalhadoras rurais intensificam suas reivindicações ao Estado brasileiro e deram maior visibilidade à ação política feminista conectadas com a luta feminista internacional. Foi a partir do final desta década que o movimento feminista se multiplicou, se expandiu para as camadas populares e também se consolidou como um campo científico. Neste período, os movimentos sociais e populares passaram a adotar estratégia de atuação em redes de movimentos, caravanas e marchas (SILVA, 2008).

Sara Pimenta (2013) destaca em seu trabalho que as mulheres trabalhadoras rurais conquistaram espaço e visibilidade política no movimento sindical em pouco tempo, pouco mais de duas décadas e isto se deu, porque elas utilizaram “estratégias de mobilização e

participação, demonstraram sua capacidade articulatória e de parceria, qualificaram sua plataforma e agenda política e desencadearam processos de interlocução e negociação com o Estado” (PIMENTA, 2013, p. 155). A autora acrescenta:

Se, a princípio, ‘mulher, trabalhadora rural e dirigente sindical’ denota a identificação da mulher a partir do seu trabalho e de sua atuação sindical, guarda, também, uma conotação de trajetória construída, de protagonismo político para fazer valer o reconhecimento da condição de trabalhadora rural, superar as desigualdades de gênero, conquistar espaço no movimento sindical e atuar na qualidade de dirigente. Indica, pois, a condição de sujeito político, protagonista de lutas sociais por reconhecimento, direitos, justiça, autonomia e igualdade (PIMENTA, 2013, p. 155).

Mesmo nas primeiras ações consideradas de “massa” realizadas pelo movimento sindical, a exemplo do Grito da Terra Brasil<sup>6</sup>, as mulheres já utilizavam de estratégias diferenciadas para ter visibilidade, com o uso de uma estética própria e elementos representativos da sua identidade política, tais como as cores lilás e roxa utilizadas nos materiais e destacavam-se nas mobilizações. Mesmo com os esforços empreendidos pelas trabalhadoras rurais, suas pautas ficavam diluídas nas demandas mais gerais, o que as levou a criar uma ação política que desse maior visibilidade às suas reivindicações (SILVA, 2008).

O marxismo oferece múltiplas determinações para análise da Marcha das Margaridas, assim como outras experiências que se constituem como objeto de investigação, embora existam limites que são próprios de qualquer teoria. Assim, concordamos com a

---

<sup>6</sup> Para a CONTAG, o Grito da Terra Brasil é o principal evento da agenda do movimento sindical do campo, reúne milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o País em Brasília. É uma mobilização promovida pela Contag e apoiada pelas Federações Estaduais (FETAGs) e pelos sindicatos rurais (STRs); possui um caráter reivindicatório, é uma espécie de data-base dos agricultores familiares, dos trabalhadores sem-terra e dos assalariados e assalariadas rurais brasileiras. O primeiro Grito da Terra foi realizado em 1995 e o último, em 2015 com o tema: Desenvolvimento Rural Sustentável com garantia de direitos e segurança alimentar. Cf. [www.contag.org.br](http://www.contag.org.br)

formulação de Galvão (2011, p.107) para quem, “a despeito do interesse do marxismo pelo estudo do movimento operário, não há uma teoria marxista dos movimentos sociais plenamente desenvolvida e articulada”. A autora explica que isto ocorre,

porque as contribuições dos autores vinculados ao marxismo, sobretudo os clássicos, priorizaram a discussão das formas partido e sindicato, bem como a relação entre ambas. Nesse sentido, o movimento operário era o movimento social por excelência (GALVÃO, 2011, p.107).

Para a autora, “a noção de movimento social estava vinculada à condição de classe operária e à luta entre capital e trabalho”, conforme ressalta Galvão (2011, p.107). Entretanto, para além da luta entre capital e trabalho, existem outros determinantes das situações de exploração e apropriação das mulheres, inclusive envolvem a relação com a terra, o território e a natureza, só para citar alguns.

Considerando que uma das determinações do marxismo é a classe social, nesta Pesquisa a classe social ao ser compreendida de forma articulada com gênero e raça nos possibilita elucidar as contradições existentes no meio rural e os conflitos inerentes a uma sociedade dividida em classes. Portanto, nos referimos a um objeto de estudo com historicidade, complexidade e particularidades. Portanto, a classe social é um dos elementos determinantes para analisarmos esta Marcha.

Ao ser protagonizada por mulheres trabalhadoras rurais esta Marcha se situa, ao mesmo tempo, na sociedade brasileira, marcada pelas contradições de classe, sobretudo pela escravidão e a exploração das mulheres trabalhadoras rurais, enquanto parte constituinte do capitalismo e ainda, pela disputa de projetos de desenvolvimento do país em que o agronegócio historicamente tem a benevolência do Estado, em detrimento do projeto representado pela agricultura familiar e camponesa. Estes e outros aspectos que estão na estrutura da sociedade brasileira e na base da formação do capitalismo global,

questões estruturais do processo sobre o qual as trabalhadoras rurais se contrapõem nesta Marcha.

A participação política e a intervenção dos movimentos sociais “assumiu várias formas ao longo da história dos movimentos de mulheres rurais, de acordo com o contexto e as dinâmicas sociopolíticas e econômicas com as quais se depararam”, conforme assinala Aguiar (2015, p. 261). A autora evidencia as diferentes configurações e tendências assumidas por estes movimentos ao longo da sua história e ressalta que estes derivaram de diversas formas organizadas de ação política manifestadas nas ocupações, pressões, negociações e também nas alianças realizadas.

Ao constituir-se como expressão da luta social, esta Marcha sofre influência direta dos movimentos sociais que a constituem, sobretudo, do movimento sindical rural e do movimento feminista, ambos não possuem visão única e se diferenciam enquanto movimentos. As principais características desta Marcha em relação aos movimentos sociais dizem respeito às demandas, objetivos e a relação com o Estado, estas se expressam sob a influência direta do sindicalismo rural e do feminismo. Neste sentido, corroboramos com as prerrogativas de Pinheiro (2015) para quem

Os movimentos sociais podem ter uma demanda e um objetivo, mas também podem ter uma ou outra, já que uma demanda por definição é uma reivindicação de algo percebido como uma carência, não implica em um fim visado, nem este àquela. Entretanto, como objetivo para os movimentos sociais significa em primeira instância, influenciar a opinião da sua potencial base social sobre determinada matéria, ou um público mais amplo que essa base, este objetivo aparece intimamente ligado à demanda em todo movimento (PINHEIRO, 2015, p. 110)

Observamos que além do objetivo de atendimento de demandas, há um objetivo mais amplo com perspectiva de transformação da sociedade, de orientação ideológica adotada, como

destaca o autor. Assim identificamos no Manifesto de lançamento da Marcha das Margaridas 2019, a relação direta entre a luta pela democracia no Brasil com a luta contra o sistema capitalista:

Somos milhões de Margaridas, mulheres lutadoras que fazem brotar nos campos, nas águas e nas florestas de todo o Brasil, as formas de resistência de um Brasil democrático, soberano e livre das opressões capitalistas, sexistas, racistas e de gênero. [...]. Está em curso no Brasil a implantação de um projeto neoliberal, que afeta nossa soberania nacional. Repudiamos e reagimos contra todas as negociações que visam entregar ao capital internacional importantes bens comuns do povo brasileiro, como o pré-sal, o aquífero Guarani e os nossos territórios (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2018, Online)

Neste trabalho a ênfase é dada na Marcha das Margaridas 2019 que se situa no período pós golpe de 2016, contexto de desmonte do Estado brasileiro e interfere diretamente nas reivindicações desta Marcha. Esta situação ocorre diante do cenário político brasileiro e mundial presentes no discurso e nas ações desenvolvidas pelas trabalhadoras rurais ao reivindicar a manutenção da previdência, principalmente a aposentadoria e os demais benefícios dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

A reconstituição da trajetória de lutas dos movimentos sociais do campo será necessária para localizar esta Marcha em contextos de lutas mais ampla, bem como o seu surgimento, contribuindo assim para a compreensão acerca da Marcha das Margaridas. A dimensão desta luta pode ser constatada pelas estratégias definidas pela Coordenação Nacional da Marcha e os desdobramentos. Já a pesquisa empírica ocorre no Maranhão, por meio da Coordenação Estadual, realizada pela Secretaria de Mulheres da FETAEMA.

As fontes utilizadas são publicações e as suas diferentes modalidades e formatos: artigos, teses, dissertações, sítios, dossiês temáticos para sistematização do Referencial Teórico que perpassa pela

reconstituição da trajetória das lutas das mulheres trabalhadoras rurais desde os anos 1980 que desemboca na Marcha das Margaridas em que recorreremos aos documentos produzidos pela Coordenação Nacional e local (Maranhão), tais como as publicações da Secretaria de Mulheres da CONTAG e dos movimentos parceiros: Marcha Mundial de Mulheres, MIQCB, MMTR-NE. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com mulheres lideranças da Marcha, dirigentes de sindicatos de trabalhadoras rurais, organizações parceiras e também participantes oriundas da base do movimento sindical rural, de municípios próximo de São Luís, a definir com a direção da FETAEMA.

## **Conclusões**

As reflexões teóricas, as análises das entrevistas e da produção documental das próprias Margaridas decorrem de dois momentos: Pesquisa Bibliográfica e Documental e a Pesquisa de Campo, conforme exposto no Capítulo anterior. Entretanto, apresentamos as Conclusões em dois níveis: em relação ao processo de organização da Marcha das Margaridas e o seu alinhamento político e a ênfase dada na informação e na comunicação popular e a contribuição destas ações para a participação das mulheres nesta Marcha.

Adotarmos o marxismo como método, nos possibilitou articular teoria e prática, de forma dialética, conforme mencionou Saffioti (2013). O fato da não existência de uma teoria marxista consolidada sobre os movimentos sociais não significa que não existam formulações capazes de contribuir com a consolidação desta teoria, como ressaltou Pinheiro (2015).

Dentre as estratégias adotadas na Marcha das Margaridas, o destaque foi a construção da pauta comum que agregou diversos movimentos de trabalhadoras rurais e movimentos feministas rurais e urbanos. Este processo de negociação possui muitos tensionamentos na busca de consensos programáticos. Este processo resultou na elaboração de uma Plataforma Política em 2019, no lugar de uma pauta de

reivindicações apresentadas nas versões anteriores. Isto se deu tanto pelo acúmulo de luta políticas das mulheres trabalhadoras rurais, mas sobretudo, pela interdição do diálogo do Governo Federal em relação às reivindicações apresentadas. Ou seja, a pauta foi apresentada para o conjunto da sociedade transformando-se em uma plataforma política.

a nossa plataforma nacional da sexta marcha, que é um documento que dialoga com a sociedade, que dialoga sim com parlamentares, de certa forma com o governo. Não esperamos em nenhum momento fazer algum tipo de negociação com o governo fascista e homofóbico do Bolsonaro. Isso fez com que essa sexta marcha fosse uma marcha diferente das outras porque nenhuma outra teve uma conjuntura tão ruim quanto no governo Bolsonaro. FHC (Fernando Henrique Cardoso) nem de longe se assemelha ou se parece em nenhum ponto com Bolsonaro, que é totalmente ultraradical, homofóbico (Entrevista com Lígia, Coordenadora Estadual de Mulheres FETAEMA, 2019).

A informação como instrumento da luta social está inserida no projeto de classe onde se insere a Marcha em questão, pode ser apreendida no processo de organização, mobilização e formação política. A informação, portanto, não é neutra e nem considerada como mercadoria, mas como processo e produto da luta política expressa nesta Marcha. Pode ser compreendida com a comunicação popular, a educação popular e também como ação comunicativa em diversas ferramentas: material impresso, audiovisual e eletrônico, sem perder as tradicionais de comunicação oral e presencial.

Dentre as estratégias adotadas para dar visibilidade à Marcha das Margaridas 2019, identificamos o uso da informação, a influência da comunicação e dos princípios da educação popular, por meio das ferramentas digitais e dos materiais impressos, configurando assim, que embora tenha se modificado as fontes e os meios, a informação permanece como parte do projeto da classe trabalhadora. Neste caso, atua de forma combinada com a comunicação popular, como podemos



observar na linguagem e nos momentos de construção dos materiais impressos e audiovisuais. Entretanto, o uso das ferramentas digitais não descartou o uso das formas tradicionais pelo uso da oralidade e presencial, como as reuniões, plenárias e os contatos diretos na base e no nível estadual e nacional, por meio de encontros de formação e reuniões da Coordenação Estadual e Nacional.

Então, apostar nesta comunicação, isso inclusive, não há uma compreensão nem dentro dos próprios movimentos sociais desse modelo de comunicação, é acreditar sobretudo, no futuro do movimento sindical, pois esta comunicação, se a fortalecermos, é ela que vai defender os movimentos sociais, a empresarial não vai porque ela já tem lado na história, ela já tem ideologia, nem sei se é ideologia, ela já tem referências no capitalismo [Berenice: ela já tem ideologia], que é enriquecer, enriquecer, enriquecer e elitista, separação de classes mesmo e a favor do topo da pirâmide. (Entrevista com Assessor de Comunicação da CONTAG, 2019).

A Marcha das Margaridas utiliza a informação para se contrapor ao sistema de comunicação dominante. Deste modo, a geração de informação e de conhecimento está presente no processo de organização, mobilização e formação política, inclusive com a utilização de novas tecnologias de informação e de comunicação.

A articulação entre classe social, gênero e raça possibilitou às Margaridas, expressarem as raízes da violência e das desigualdades que permeiam as relações no sistema capitalista, racista e patriarcal. Nas pautas estão presentes velhos e novos temas, como identificamos na conjuntura atual brasileira a ameaça à democracia e a retirada dos direitos sociais, demonstrando que o cenário de retrocesso parece se repetir, embora com novos elementos, justificando assim, a necessidade das Margaridas seguirem em Marcha e o caráter permanente da luta das mulheres trabalhadoras rurais.

## Referências

- AGUIAR, Vilênia V. Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política e Sociedade – Revista de Sociologia Política*, Florianópolis: PGSP, v. 15, p.261-295, 2016.
- AGUIAR, Vilênia V. *Somos todas Margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Campinas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão – o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BANDEIRA, Lourdes M., Desafios da transversalidade de gênero nas políticas públicas. In: SWAIN, Tânia Navarro, MUNIZ, Diva do Couto G. (Org.). *Mulheres em ação - práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC/MG, 2005. p. 169-193.
- BORDALO, Caroline A. *Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco*. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- BORDALO, Caroline A. *“A luta das mulheres é levada nos ossos e no peito”:* Mulheres camponesas em Santa Catarina e os caminhos da luta por direitos. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2017.
- BUTTO, Andrea. Mulheres na política de desenvolvimento rural no Brasil. In: BRASIL. MDA.CONDRAF. *Brasil rural em debate – coletânea de artigos*. Brasília: CONDRAF, 2010. p. 214-231.
- CONTAG. Secretaria Nacional De Mulheres Trabalhadoras Rurais, Agricultoras Familiares. *Cartilha*. Brasília: CONTAG, 2018.
- CONTAG. Secretaria Nacional De Mulheres Trabalhadoras Rurais, Agricultoras Familiares. *Caderno de Formação 2: Pela autodeterminação dos povos, com soberania alimentar e energética. Pela proteção e conservação da sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns*. Brasília: CONTAG, 2019.

- CONTAG. *Caderno de Formação 3: Por autonomia econômica, trabalho e renda. Por terra, água e agroecologia*. Brasília: CONTAG, 2019.
- CORDEIRO, Rosineide de L. M. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Org.). Recife: Ed.UFPE; MDA/NEAD, 2006. p. 145-169.
- DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 12, v. 1, p. 175-204, jan./abr. 2004.
- DELGADO, Nelson G. O papel do rural no desenvolvimento nacional. In: BRASIL. MDA.CONDRAF. Brasil rural em debate - coletânea de artigos. Brasília: CONDRAF, 2010. p. 214-231.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação na contemporaneidade. In: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), 7., Marília, *Anais [...]*. Marília: [s.n.], 2006.
- GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. *Rev. Crítica Marxista*, n. 32, p. 107-126, 2011.
- MACHADO, Eliel. Notas para uma teoria marxista dos movimentos sociais. In: <https://www.ifch.unicamp.br>. Acesso em: 23 mar. 2020.
- MARCHA DAS MARGARIDAS. *MANIFESTO da Marcha das Margaridas - Margaridas na luta por democracia e garantia de direitos. 8 de março*. Brasília: CONTAG. Disponível em: [http://www.contag.org.br/imagens/ctg\\_file\\_508242842\\_01032018101455.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_508242842_01032018101455.pdf). Acesso em: 11 abr. 2018.
- MARCHA das Margaridas se encerra com novas conquistas e mostra a força das mulheres organizadas. Disponível em: <http://www.sof.org.br/2015/08/15/marcha-das-margaridas-se-encerra-com-novas-conquistas-e-mostra-a-forca-das-mulheres-organizadas/>. Acesso em: 07 abr. 2018.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo: Ed.

Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1983.

MEDEIROS, Leonilde S.de. *Movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

NASCIMENTO, Silvane Magali V. O desenvolvimento do capital no campo no contexto atual e os impactos nas relações de gênero. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, JOINP, 23-26 ago.2011. Anais...São Luís: V JOINPP. [sp]

PAULILO, Maria Ignez. *Mulheres rurais - quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: EdUFSC, 2016.

PIMENTA, Sara D. Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. In: SILVA, Eduardo M; SOARES, Leonardo B. (Org.). *Políticas públicas e formas societárias de participação*. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2013. p. 155-184.

PINHEIRO, Jair. Novos movimentos sociais classistas. *Aurora*, ano IV, n. 6, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes - mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. In: GONDINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria L. da (Org.). *Políticas Públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo/Coordenadoria Especial da Mulher; Frederich Ebert Stifundg, 2004. p. 35-42.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARDEMBERG, Cecília M. Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminista. In: Seminário Internacional Trilhas do empoderamento de mulheres - Projeto Tempo...Salvador, 05-10 jun. 2004.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. *Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 61-71, jan./mar. 2000.

- SILVA, Berenice G. *A Marcha das Margaridas: resistências e permanências*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- SILVA, Berenice G. Resistência e luta das mulheres trabalhadoras rurais na Marcha das Margaridas. In: Mundo de Mujeres, 13 e Fazendo Gênero, 11, 2017, Florianópolis. Anais do Semin. Intern. Fazendo Gênero (documento eletrônico). Disponível em: [www.mundodemujeres.ufsc.br/wwc2017](http://www.mundodemujeres.ufsc.br/wwc2017).
- SILVA, Berenice G. O golpe de 2016 e o retrocesso para as mulheres trabalhadoras rurais. In: Encontro Maranhenses sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero, 2, São Luís, 24 – 26 abr.2019. *Anais...*, São Luís, 2017. Disponível em: <https://niepemufma.wixsite.com/niepem>
- SILVA, Ilse Gomes. Democracia e participação na ‘reforma’ do Estado. São Paulo: Cortez, 2003. Coleção Questões da nossa época; n.103.
- SILVA, José Graziano G. *O que é Questão Agrária*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense: 1986.
- TIBURI, Márcia. *O golpe foi contra as mulheres trabalhadoras*. Entrevista ao Portal da CUT. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/>. Acesso em: 12 abr. 2018.